

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 70/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 29/2024

O **MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA** entidade jurídica de direito público inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.673/0001-80, estabelecido à Rua Prefeito Frederico Probst, 67, Centro, Município de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **Irone Duarte**, leva ao conhecimento público, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

1. OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA REVISÃO DO EQUIPAMENTO RETROSESCAVADEIRA JCB 3CX, DA SECRETARIA DE MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

2. JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Conforme previsão legal do art. 75, inciso IV, alínea “a” da Lei Federal nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, e suas alterações, é possível a contratação por meio de dispensa de licitação, vejamos:

“Art. 75. É dispensável a licitação:

IV - para contratação que tenha por objeto:

a) bens, componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessários à manutenção de equipamentos, a serem adquiridos do fornecedor original desses equipamentos durante o período de garantia técnica, quando essa condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;

A prestação desse serviço é fundamental para garantir o bom funcionamento do equipamento, prolongar a sua vida útil evitando quebras inesperadas e desgastes prematuros, além de garantir a produtividade, a eficiência e o valor do mesmo.

2.1. OBJETIVO

Revisão do equipamento Retroescavadeira JCB 3CX da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, que é fundamental para garantir o bom funcionamento do equipamento, prolongar a sua vida útil evitando quebras inesperadas e desgastes prematuros, além de garantir a produtividade, a eficiência e o valor do mesmo.

2.2. RAZÃO DA ESCOLHA DA EMPRESA

Justifica-se a realização de somente um orçamento devido a necessidade de realizar a revisão do equipamento dentro do período de garantia em concessionária autorizada,

conforme consta no manual de usuário, sendo o fornecedor escolhido o mais próximo do município.

3. CONTRATADA:

ENGEPEÇAS EQUIPAMENTOS LTDA, com CNPJ nº. 05.063.653/0010-24, com sede na Rua José Semes, 17680, Jardim Itália, São José dos Pinhais – PR, representado neste ato pelo socio administrador devidamente informado no contrato social anexo aos autos do processo.

4. DA ENTREGA E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A prestação do serviço será imediata após autorização. A fiscalização ficará a critério do servidor municipal Thomas Krause.

5. DO VALOR E PAGAMENTO

A contratação será no valor de **R\$ 2.752,00 (dois mil setecentos e cinquenta e dois reais)** conforme proposta de valor anexa.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	V. UNT	V. TOTAL
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	SER	1	2.752,00	2.752,00
TOTAL				6.801,88	

O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, após emissão da Nota Fiscal e recebimento dos serviços, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.

7. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL

Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos no art. 62 da Lei 14.133/2021.

Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:

I - jurídica;

II - técnica;

III- fiscal, social e trabalhista;

IV - econômico-financeira.

Resta deixar consignado que a contratada demonstrou habilmente sua habilitação jurídica e regularidade fiscal, através da apresentação de cartão do CNPJ e certidões negativas, as quais estão impressas e anexas ao processo administrativo.

8. CONCLUSÃO

Os atos que se enquadram nas possibilidades de dispensa de licitações são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções legais, mas que, obedecem aos critérios do devido processo legal, diante a formalização de processo administrativo.

Assim, este tipo de ato se trata de ato discricionário, mas que devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, se submete ao crivo de devida justificativa que ateste o referido ato.

Em relação ao valor praticado, verifica-se a compatibilidade do mesmo com o valor praticado pelo mercado, pelos orçamentos apresentados.

Pelo exposto, inobstante o interesse em contratar a referida empresa ser decisão discricionária do executivo municipal, optar pela contratação ou não, diante a criteriosa análise de toda a documentação acostada aos autos que instruem o presente procedimento demonstra-se a possibilidade a validade jurídica para prática de tal ato administrativo.

Petrolândia, 14 de maio de 2024.

IRONE DUARTE
Prefeito Municipal